

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

NATALIA ESTEPHANY DE OLIVEIRA INÁCIO

RA00232348

Foco na segurança: efeitos do Apartheid na criminalidade e política de defesa da África do Sul

São Paulo

2023

NATALIA ESTEPHANY DE OLIVEIRA INÁCIO

Foco na segurança: efeitos do Apartheid na criminalidade e política de defesa da África do Sul

Trabalho de Conclusão de Curso pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Orientador: Prof. Dr. Bruno Hubermann

São Paulo

2023

RESUMO

A África do Sul é extremamente marcada pelo seu histórico de exploração colonial e segregação racial, sendo o Apartheid um dos maiores símbolos desse processo. O regime não só expôs e impulsionou a marginalização da população negra, como também alterou diversas estruturas sociais, políticas e econômicas. Assim, quando o processo de redemocratização do país é iniciado ainda na década de 1990, um dos pontos mais levantados é a importância de uma reorganização de mecanismos e configurações que antes eram postos como meio de exclusão de parte da população, dentre estes a questão da segurança é uma das que mais se sobressai. Isso porque, ela foi parte fundamental da opressão realizada durante o Apartheid e, com a queda do regime, surge o questionamento de como ela irá se reorganizar em uma sociedade democrática com diversas instabilidades sociais. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é estudar a construção do novo conceito e ordenação de segurança sul-africano no pós Apartheid, observando a influência que agentes internos tiveram nesse processo, mas também como mudanças na ordem internacional fizeram parte dessa dinâmica. A análise se inicia com uma revisão bibliográfica do processo histórico sul-africano e do entendimento do próprio ideal de segurança em uma sociedade democrática, a partir disso, se aprofunda em práticas de segurança implementadas no pós regime e os atores presentes nessa dinâmica. Por fim, passa a análise do caso da Cidade do Cabo, que demonstra de forma prática as teses levantadas de que o novo modelo de segurança da África do Sul pós Apartheid possui grande foco no combate ao crime, forte relação com empresas privadas e se tornou mais um mecanismo de progressão da segregação racial.

Palavras-chave: Segurança. Apartheid. África do Sul. Criminalidade. Segregação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I - COMPREENDENDO O HISTÓRICO DA ÁFRICA DO SUL E O CONCEITO DE SEGURANÇA	8
1.1 A construção da ideia de segurança em um Estado democrático	8
1.2 O histórico de segregação da África do Sul	10
CAPÍTULO 2 - UM OLHAR SOBRE OS AGENTES DA SEGURANÇA	14
2.1 Atores públicos e privados e como foram estabelecidos no cenário da segurança sul-africana	14
2.2 A continuidade através de políticas neoliberais	16
CAPÍTULO 3 - SE APROFUNDANDO NO CASO DA CIDADE DO CABO	18
CONCLUSÃO	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24

INTRODUÇÃO

A presente tese visa compreender os impactos do Apartheid na segurança sul-africana, analisando a relação de fatores do regime com posturas adotadas pelo país após a democratização. Esse tema mostra-se relevante, pois a África do Sul foi amplamente afetada pelo processo de exploração que culminou no Apartheid e, segue observando os impactos do período em diversas áreas do governo e da própria estrutura sociocultural. Logo, a questão da segurança chama ainda mais atenção por ser parte fundamental da democracia, uma vez que ela pode ser tida como um dos pilares para manutenção da ordem e dos direitos dos cidadãos.

Sendo assim, o objetivo desse estudo é não só relacionar fenômenos atuais da segurança na África do Sul com o Apartheid, como também observar seu processo de construção após a redemocratização e, especialmente, sua relação com processos de internacionalização ou interferência do Norte com o Sul Global. Tal pesquisa pode auxiliar na compreensão de políticas públicas e problemáticas sociais atuais no país, bem como em outros Estados que passaram por movimentos similares. Além disso, também levanta a questão da efetividade da presente conduta de segurança sul-africana.

Para realizar essa análise é relevante a revisão de bibliografias sobre o processo histórico do Apartheid na África do Sul, além do aprofundamento na questão da segurança, onde mostra-se significativo a compreensão do próprio termo para uma democracia, bem como o aprofundamento para o caso sul-africano e a atuação do país nesse setor. Nesse sentido, a análise de dados de organizações internacionais como ONU, FMI e Banco Mundial também auxiliam a observação de mudanças significativas e a enxergar a relação de atores externos, como as organizações internacionais e outros países, sobre a questão. Por fim, ao introduzirmos uma reflexão sobre as políticas públicas atuais do país, podemos concluir o estudo do caso e dos seus efeitos.

Para tal, o trabalho será estruturado em três capítulos, onde inicialmente será abordado uma revisão sobre a temática do Apartheid com foco no papel da segurança na democracia e no processo de exploração colonial. Logo, será possível compreender o que levou a formação do regime segregatório na década de 1940, procurando observar os impactos sobre a população negra e seu processo de resistência que levou ao fim do regime anos depois. Além disso, é feita a introdução da questão da segurança ao entendermos seu conceito e sua importância para manutenção de regimes democráticos, mas também de Estados ditatoriais.

Já no segundo capítulo passamos a uma observação da esfera internacional, buscando compreender as interferências e os principais atores, como organizações internacionais, o próprio Estado sul-africano e as empresas privadas e como elas contribuíram para a formação do Apartheid e posteriormente para sua conclusão com uma reestruturação da dinâmica da segurança no país. Dessa forma, além de entender relações externas que afetaram esse processo, também será possível compreender contextos de negociações internas, como a relação do governo com empresas, para assim estabelecer um paralelo com os responsáveis pela influência nas atuais políticas de segurança sul-africanas.

A partir do terceiro capítulo essas duas esferas, internas e externas, passam a ser ponto focal para analisar especificamente o processo de construção da segurança sul-africana atual, trazendo exemplos de casos e políticas específicas que expõe uma relação bem mais complexa do histórico com os atores internacionais para o momento atual no país. Além disso, trazemos a análise para um patamar mais próximo ao observar a situação da Cidade do Cabo, que adotou modelos internacionais de segurança e sofreu grande influência de atores externos durante seu processo de reestruturação, o que torna o caso ainda mais significativo para estudar os impactos do Apartheid e do processo de revitalização após ele para a segurança do país.

Por fim, a conclusão busca sumarizar as principais teses do estudo e, em especial, reforçar e expor a relação do processo colonial exploratório e do Apartheid com a atual política de segurança desproporcional, que se tornou mais um mecanismo para segregação de minorias dentro do país, em especial a população negra, que agora sofre com uma política de reclusão. Nesse caso, o modelo de segurança que visa a prevenção a criminalização e, que foi reforçada por atores internacionais e privados - inclusive mantendo essa dinâmica através das próprias estruturas do Estado, tornou-se um agente violento sobre parcelas específicas da sociedade, que são postas como “riscos”, mas que historicamente já sofrem uma marginalização racial.

CAPÍTULO I - COMPREENDENDO O HISTÓRICO DA ÁFRICA DO SUL E O CONCEITO DE SEGURANÇA

1.1 A construção da ideia de segurança em um Estado democrático

Quando Alcides Peron define a segurança contemporânea como “um assemblage de práticas, de discursos e de atores que extrapolam o escopo nacional e incorporam técnicas e procedimentos que circulam transnacionalmente” (p. 180, 2021), ele revela um amplo caminho pelo qual o âmbito da segurança caminhou no decorrer dos anos. Na medida em que as democracias ocidentais e capitalistas se fortalecem, fez-se necessária uma reestruturação da manutenção da ordem e do controle social, e a partir disso surgiram fenômenos como o policiamento comunitário, a militarização da polícia e a própria privatização do setor, políticas que se consolidaram em diferentes regiões ao redor do mundo e foram se adaptando conforme as demandas sociais de cada realidade.

O conceito de policiamento comunitário é um fenômeno interessante para se observar ao procurarmos entender a estruturação do ideal de segurança atual, uma vez que ele se expandiu em paralelo à ideia de construir uma sociedade mais livre e participativa. Inicialmente, viu-se países como Estados Unidos, Inglaterra e Nova Zelândia utilizando essa ideia para diferentes iniciativas que buscavam colocar em prática. Nelas, o foco era a polícia se colocar em posição de ator em vez de controlador da sociedade, além de aproximar a população geral da securitização (DAVIS; HENDERSON; MERRICK, 2010).

Todavia, quando esse policiamento alcançou o Sul Global por meio do intercâmbio da globalização, reforçado pelo discurso de ser uma prática importante para a manutenção da segurança no contexto democrático, ele sofreu alterações. Isto é, a política de policiamento comunitário buscou atender às urgências dos governos do Sul, que tinham grande olhar sobre o combate à criminalidade, o que levou a vertentes mais agressivas e militarizadas que geraram novas problemáticas sociais. Logo, ao observarmos esse processo podemos levantar um primeiro ponto sobre o conceito de segurança que é sua exposição e propagação como algo linear, onde modelos de sucessos podem ser apenas replicados em outros locais, quando na realidade isso não considera as particularidades sociais e as diferentes problemáticas dos países.

Já a militarização é um fenômeno global, colocado em destaque principalmente no período da Guerra Fria, quando a luta contra as vertentes consideradas comunistas transformou os civis em possíveis inimigos, visão que prosseguiu com a Guerra ao Terror, quando

tendências terroristas obrigaram os países a fortalecer sua segurança tanto interna como externamente (STUURMAN, p. 5, 2020). Assim, a polícia, que sempre foi instrumentalizada para proteger a ordem pacífica e a autoridade e permanência das relações econômicas e sociais dominantes, pautadas no capitalismo (MCMICHAEL, 2016, p. 5), encontrou no processo de militarização um “meio” para pacificação de uma sociedade com problemáticas mais complexas.

Nesse sentido, o recrudescimento da violência e o aperfeiçoamento das tecnologias policiais nas ruas, aspectos gerais da militarização, tornaram-se pontos de preocupação, em especial no Sul Global. A convergência entre a militarização e a força policial se tornou algo posto como necessário para reconstruir um ambiente “pacífico” na região, capaz de possibilitar o desenvolvimento de uma estrutura alinhada com as demandas do sistema em detrimento da população, que em realidade passou a sofrer com um cenário cada vez mais violento.

Assim, entramos em mais uma observação do conceito de segurança atual, onde podemos enxergar um aumento da brutalidade de agentes sobre minorias sociais, que passaram a ser enquadradas em uma visão de combate ou exclusão, uma vez que a população deixa de ser o centro do objetivo de proteção e, agora, os cidadãos poderiam ser classificados como uma ameaça. Com esse cenário, a ideia de privatização da segurança para manutenção e controle desses atores - ainda mais em Estados “em desenvolvimento” que, por pressuposto, ainda não possuíam estrutura para realização dessa segurança interna e externa - tornou-se crescente e até estimulada por governos.

Logo, a segurança torna-se uma preocupação central em países com altos índices de criminalidade. A África do Sul enfrenta desafios significativos nesse aspecto, com altos índices de violência e uma história de segregação racial e desigualdade social. Esse fato pode ser analisado pelo coeficiente de Gini, que traz um parâmetro de desigualdade a partir da distribuição de renda entre as famílias de determinada região, e quanto mais próximo do zero, mais igualitário é. No caso sul-africano ele chega a 0,63, a mais desigual da lista disponibilizada pela Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos (THE WORLD FACTBOOK, [s.d.]) Diante desses desafios, principalmente as questões socioeconômicas, a privatização da segurança emergiu como uma “resposta” alternativa à prestação de um serviço tradicionalmente fornecido pelo Estado - mas que nesse caso eles são apontados como insuficientes para tal atuação.

Logo, ao entendermos esse contexto e o ideal que foi criado em volta da segurança contemporânea, torna-se possível desenvolver uma análise sobre a situação atual na África do Sul, ainda mais por observarmos todos os fenômenos citados acima no país. Entretanto, não é apenas a construção global da segurança que afeta o Estado sul-africano, o próprio histórico do país também é um fator intrínseco a essa discussão.

1.2 O histórico de segregação da África do Sul

A África é uma região que teve sua história marcada pelo racismo e, principalmente, pelo imperialismo do Norte Global. A construção atual do continente até mesmo se deve ao período de exploração colonial, que se manteve por séculos, onde os países intervíram social, econômica, territorial e, inclusive, politicamente. Walter Rodney (2012) chega a comentar que tal período crava um abismo tão profundo na região que possibilita um poder político e domínio ainda mais acentuado. Ou seja, o contexto atual no continente, tanto em aspectos sociais e políticos, como também na sua própria territorialidade e segurança é decorrente desse histórico exploratório.

No caso da África do Sul, essa segregação e abuso é escancarado com o Apartheid, regime onde houve a institucionalização do racismo e a marginalização dos negros no país, no qual eles passaram a sofrer não só com a precariedade, mas também com ataques de parte da população e, especialmente, do Estado. Esse processo se inicia na própria colonização da África do Sul, onde houve a tomada e centralização do poder e das terras na mão da elite branca colonizadora, consolidando seu domínio sobre a população nativa e utilizando disso para transformá-los em força de trabalho e, especialmente, criando um ciclo de “superioridade” e controle dos principais fatores da sociedade por parte da minoria branca atrelado a restrição e segregação da população negra (PEREIRA, 2011).

Esse contexto inicial se perpetua e torna-se parte da longa história de desigualdade e discriminação na África do Sul, onde há períodos de “melhorias” gradativas com a liberação de direitos pontuais a população negra, mas sempre mantendo o controle do poder e da economia nas mãos da minoria branca e, o trabalho exploratório e marginalizado posto como função dos negros sul-africanos. Entretanto, com a recessão no pós-Segunda Guerra Mundial e crescimento do desemprego, movimentos racistas com discursos nacionalistas, muitas vezes até com fortes elementos fascistas, se destacaram e passaram a questionar esse “monopólio” negro do trabalho e introduziram um discurso ainda mais segregador. Eles ganham força e são

eleitos em 1948, instituindo o Apartheid, regime que coloca a marginalização da população negra como pilar para o desenvolvimento econômico da “nova África do Sul” (PEREIRA, 2011).

Todavia, o regime viabilizou a utilização do Estado e seus agentes para o aumento da segregação dos negros e, ao se considerar as ações desse agente, que supostamente deveria atuar como regulador e garantidor dos direitos dos cidadãos, pode-se analisar a profundidade do ataque sofrido pelos sul-africanos, uma vez que seu próprio governo agiu como liderança opressora e utilizou de violência para com sua própria população. Um ponto que chama atenção no Apartheid é que, apesar de inicialmente se expor como um modelo para crescimento, em especial econômico, a questão da segurança era cerne do regime, que além de utilizar de práticas agressivas com a população negra também tinha como pilar a “prevenção da criminalidade” como forma de aumentar o policiamento e controle sobre esses cidadãos (STEINBERG, 2011).

Assim, apenas ao final do século XX, a África do Sul iniciou o processo de reestruturação e com a chegada do fim do sistema e entrada de Nelson Mandela no poder, acreditava-se que haveria uma forte mudança na organização do país, especialmente no que diz respeito a exploração e discriminação. Quase que simultaneamente a esse processo, na ordem mundial ocorria a ascensão e consolidação das políticas neoliberais, defendidas pelos Estados Unidos e por diversas instituições internacionais, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) que a promoveram amplamente para países em desenvolvimento através de programas de ajuste estrutural.

Logo, a África do Sul, que apesar de ter feito uma transição “pacífica” após o *Apartheid*, encontrava-se em estado crítico, com fortes desigualdades sociais e desestabilizada econômica político e socialmente tornou-se grande foco dessas organizações e das nações promotoras do neoliberalismo. Dessa forma, após o fim do regime, o governo já adotou diversas políticas neoliberais, estimuladas por esses países, em especial Estados Unidos e a própria Grã-Bretanha - sendo a última parte significativa das ações do regime segregatório. Dentre elas, destaca-se as voltada para segurança no país, aonde o foco voltou-se para o policiamento comunitário e a prevenção do crime, ambos pilares já explorados durante o *Apartheid* mas que fazia parte da estratégia de legitimação da nova democracia (STEINBERG, 2011).

Entretanto, esse processo de supervalorização da segurança, agora nos moldes neoliberais da recém instituída democracia da África do Sul pós Apartheid, levou a distorção da governança e a progressão de ações paramilitares, que eram comuns durante o Apartheid, e permaneceram através da ideia de “prevenção ao crime” (STEINBERG, 2011). A Cidade do Cabo, a sede legislativa e o segundo maior município do país, além de ser a primeira a instituir a segregação urbana durante o Apartheid, é uma versão reduzida do que pode ser observado por todo o país.

Isso porque, o governo local inspirou-se no modelo de grandes metrópoles, como Nova York e Londres, e instituiu o foco na prevenção e controle do crime como meio de fortalecer a segurança e resolver problemas urbanos presentes devido à marginalização de boa parte da população durante o *Apartheid* (SAMARA, 2012). Entretanto, esse mecanismo levou à criminalização de diversos problemas sociais e urbanos, sendo um deles e, talvez um dos mais problemáticos, o das crianças de rua na cidade. Logo, levanta-se o questionamento dessa abordagem neoliberal que valoriza questões de segurança, mas negligência os direitos básicos dos cidadãos e o próprio desenvolvimento social (SAMARA, 2012).

Assim, observa-se que o próprio conceito de segurança se alterou a medida que este passou a ser o pilar da governança sul-africana seja durante ou após o Apartheid (SAMARA, 2012). Em realidade, a sua origem, que remete à proteção da liberdade dos cidadãos, se perde ao passar a ser utilizada como uma justificativa para a marginalização daqueles que deveriam proteger. Durante o regime, essa ideia foi utilizada como base para diversas políticas de segregação urbana e até de violência estatal com a população negra e, atualmente, tornou-se um mecanismo de manutenção e criminalização de desigualdades e problemas sociais e urbanos do país - onde o Estado procura afirmar sua atuação.

No artigo “Crime prevention goes abroad: Policy transfer and policing in post-apartheid South Africa” o autor faz um paralelo interessante com essa dinâmica, ao comparar a ação do governo e, especialmente da polícia, com a de profissionais de saúde durante contenção de pragas.

“Police move through urban space like agents of disease control, working frenetically to hold back contagion. The pathogens they seek to neutralize are people, generally young men. Playing this crime prevention function stymies police capacity to play the minimalist functions on which civility and mutual respect are based.” (STEINBERG, 2011, p. 360)

Assim, observa-se um padrão na segurança do país durante e após o Apartheid, com a perpetuação da supervalorização da segurança, agora com a pretexto de “prevenção ao crime” onde manteve-se o racional de criminalização e segregação urbana de minorias.

O aprofundamento dessa tese será abordado nos próximos capítulos, mas é fundamental observar a relação de um cenário externo e até paralelo ao que ocorria internamente na África do Sul com o que foi estruturado nos dias atuais. Esse processo de discussão de segurança, especialmente durante a Guerra Fria, atrelado a problemática e brutalidade contra a população sul-africana, levou ao contexto atual de hipervalorização da segurança como instrumento de combate a criminalidade, portanto, podemos vê-lo como um grande foco do Estado frente a outras problemáticas, até mesmo sociais.

CAPÍTULO 2 - UM OLHAR SOBRE OS AGENTES DA SEGURANÇA

2.1 Atores públicos e privados e como foram estabelecidos no cenário da segurança sul-africana

Quando compreendemos a formação do conceito de segurança atual sul-africano torna-se mais claro o porquê existe uma forte necessidade de nos aprofundarmos em atores e, em especial, nos internacionais. Isso porque, como observado no capítulo anterior, o ideal de segurança em um Estado democrático e diversas práticas de atuação inseridas nele têm sido internacionalizadas em um fluxo constante do Norte para o Sul Global. No caso da África do Sul, o país teve o agravante histórico do seu próprio conflito racial que moldou a estrutura atual.

No entanto, tanto durante quanto após o Apartheid diversos agentes internacionais, públicos e privados, estiveram extremamente ligados ao setor da segurança. Ao analisarmos o período do regime, nota-se o surgimento e desenvolvimento da indústria bélica sul-africana, muito apoiada pela elite branca britânica (SAMARA, 2012). Esse mercado surge da própria necessidade do Estado devido as repressões do Apartheid, mas também está atrelada a um novo mercado que desponta na década de 1980: as empresas privadas de segurança (CLARNO, 2017).

O aspecto estatal era esperado, ao considerarmos a atuação policial, no geral violenta, e o regime dependente dessa opressão para sua continuidade. Todavia, ao estudarmos o aspecto da securitização vemos um outro fator atrelado a criminalidade e, ao que Andy Clarno (2017) menciona como “ansiedade branca”. O autor expõe uma relação de medo da elite branca com os dados de violência do país somados à possibilidade de redistribuição nos pós regime, mas o que mais se destaca é o fato das companhias se aproveitarem disso para estimular o mercado (CLARNO, 2017). Logo, ainda durante o Apartheid, o inimigo negro era amplificado, uma vez que era posto como justificador para essas operações de vigilância e repressão, tanto públicas como as privadas.

Após o fim do regime, surge um novo aspecto, que são os dados de violência e insegurança, que passam a ser utilizados de forma a sustentar a ideia de inimigo para a manutenção dessa estrutura de hipervigilância iniciada durante o Apartheid (CLARNO, 2017). Essa abordagem de inserção da insegurança como um medo constante e a introdução de um inimigo comum - nesse caso a população negra - beneficiam tanto a indústria da segurança, que consegue continuar com a expansão da sua atuação, como também a elite branca, que legitima suas ações de segregação espacial e criminalização racial.

Inclusive, essa continuidade só é possível devido a atuação do combate ao crime durante o Apartheid. Nesse período, a maioria da atuação policial estava centralizada nos bairros brancos e sua presença em áreas da comunidade negra era de apenas 25% e tinha como maior foco o bloqueio da passagem das problemáticas nas demais regiões. Ou seja, não havia uma política pública de combate ou controle da criminalidade nessa região, era apenas uma preocupação de limitação espacial, o que transbordou no pós-Apartheid, levando a um aumento dos crimes no país (CLARNO, 2017).

Dessa forma, o novo inimigo a ser combatido torna-se claro com essa explosão e, mesmo que nesse momento de redemocratização ele não seja mais posto diretamente como a população negra, ainda há uma imagem construída. Isso porque, além do próprio histórico de discriminação racial do país, agora a elite branca via o avanço da violência como o próprio avanço territorial da comunidade negra, que antes era limitada a determinados espaços (SAMARA, 2012). Nesse contexto, a polícia sul-africana (SAPS) passa por uma redistribuição para atuar mais igualitariamente no país, mas adota um método de combate ao crime extremamente agressivo, uma vez que “SAPS now do the ‘dirty work of democracy” (CLARNO, 2017, pag. 129).

Ao considerarmos essa construção, nota-se uma semelhança particular com outras regiões, como a própria América Latina e os Estados Unidos pós 11 de setembro. Isso porque, podemos observar uma constante construção de um inimigo comum a sociedade, que causa medo e ansiedade e molda as ações de segurança dos países, além de legitimar um modelo de combate ou controle opressivo (STAMPNITZKY, 2013). Esse ponto é vital para aprofundarmos a análise do caso sul-africano, pois demonstra um processo de transnacionalização desse modelo, que é utilizado por Estados, mas também por empresas - como no caso da África do Sul.

Atualmente no país, a segurança privada é a indústria que mais cresce desde a década de 1980 (CLARNO, 2017), mas o que realmente se destaca é o fato de muitas empresas que emergiram durante o Apartheid se mantêm como líderes de mercado ou principais stakeholders do setor público, como a BidVest, que foi fundada durante o regime e atualmente é maior empresa de segurança estatal do país. Ademais, agentes internacionais seguem constantes através dessas empresas, como a Tyco International, líder no mercado privado e multinacional com origem na Grã-Bretanha tendo desenvolvido a maioria dos seus métodos no decorrer do período segregatório sul-africano.

Isso ressalta a pesquisa de Stampnitzky (2013) ao considerarmos a construção do inimigo negro violento pós Apartheid para legitimação da continuidade e até crescimento

dessas empresas, que hoje são extremamente lucrativas. E, ainda, ao adicionarmos a análise as observações de Clarno (2017) sobre o cenário sul-africano de segregação racial nota-se que essa construção além de moldar um aspecto de segurança no país, também foi construída durante a redemocratização de forma possível a manter determinados privilégios e, a ocultar um discurso de marginalização em uma atuação de combate ao crime.

Ou seja, diversos atores estiveram presente na construção do modelo de segurança atual da África do Sul e, ele está extremamente ligado a um aspecto de manutenção de determinadas ações e grupos do próprio Apartheid. Nesse sentido, destaca-se o fato de a política de combate ao crime no país em realidade resultar em um crescimento da indústria bélica e da segurança privada. Segundo o SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute) em relatório TIV, que analisa a tendência das importações ou exportações de armas para uma seleção dos maiores fornecedores ou destinatários, identificou um aumento na média sul-africana em 248% após o Apartheid e, atualmente, o país encontra-se como a 24ª nação da base.

Logo, fica claro como o Estado sul-africano tendeu a um cenário de hipervigilância em decorrência dessa política de mercado, que encontrou no medo da violência e no próprio racismo estrutural uma forma lucrativa de sustentar uma indústria dependente do conflito - com grandes agentes como o próprio governo, empresas privadas e organizações internacionais tendo relação direta com os ganhos e ações desse processo. Nesse sentido, passa-se ao questionamento de como esse recurso se mantém até os dias atuais, uma vez que a redemocratização pós-apartheid, apesar de inicialmente levar a um transbordamento da violência de determinadas regiões como mencionado anteriormente, também deveria trazer melhorias sociais que reduziriam o impacto e até a necessidade desse foco constante na segurança que é preconizado por esses atores.

2.2 A continuidade através de políticas neoliberais

Ao considerarmos o cenário pós Apartheid, fica claro o desafio do governo sul africano, que precisava reestabelecer uma nação com altos índices de violência e desigualdade social e, especialmente, racial. A promessa no pós regime era o crescimento e redistribuição das riquezas, mas como mencionado anteriormente, a “ansiedade branca” e, principalmente, a influência dessa elite não desapareceu (CLARNO, 2017). Paralelo a isso ocorria no cenário mundial a ascensão e consolidação das políticas neoliberais, defendidas pelos Estados Unidos e por diversas instituições internacionais, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) que a promoveram amplamente para países em desenvolvimento através de programas de ajuste estrutural.

Logo, a África do Sul, que apesar de ter feito uma transição minimamente pacífica após o *Apartheid*, encontrava-se em estado crítico, o que permitiu que ele se tornasse grande foco dessas organizações e das nações promotoras do neoliberalismo. Ao considerarmos esse contexto externos, com a presença interna e ainda significativa da elite britânica branca, observamos um cenário de grandes influências agindo sobre as políticas a serem adotadas no país, em especial para que fossem de acordo com os interesses desses agentes (CLARNO, 2017).

Dessa forma, o país adotou um plano de políticas neoliberais com foco no crescimento, emprego e redistribuição, em grande medida devido a pressão desses atores, que buscavam atrair investimento estrangeiro direto (SAMARA, 2012). Um exemplo dessas ações adotadas é o programa Growth, Employment and Redistribution (GEAR) que foi estimulado pelo FMI e tinha como principal base o estímulo à capital estrangeiro por meio de incentivos fiscais e suavização das leis trabalhistas (GALLAS, 2007). Mesmo com o suporte internacional, após 4 anos a estratégia já havia provocado a perda de mais de meio milhão de empregos, uma vez que “suavização das leis trabalhistas” tornou-se sinônimo de informalização do trabalho, o que não só reduziu os direitos dos trabalhadores como também precarizou suas condições de trabalho (BRAGA, 2017). No entanto, a área financeira teve um crescimento significativo, que acompanhou os índices de crescimento econômico exponencial juntamente com as taxas de desigualdade social.

No geral, o GEAR gerou uma tendência à informalização e precarização do trabalho o que sucateou a economia do país, além de torná-la cada vez mais desigual (BRAGA, 2017). Ou seja, ela resultou em ganhos limitados para a população, contribuindo com o crescimento de uma minoria já rica e exacerbando desafios socioeconômicos para as demais classes sociais (SAMARA, 2012). Esse cenário nos chama atenção justamente por se assemelhar ao contexto do *Apartheid*, onde havia essa separação da população, que causava insegurança de forma a se tornar “legítimo” determinadas ações.

Assim, nota-se como a construção dessas políticas neoliberais pós *Apartheid* contribuem para a progressão de desigualdades sociais de maneira a facilitar a narrativa de foco na segurança. Como colocado em *Neoliberal Apartheid* sobre essa temática “The business also depends on displacing rather than preventing crime. Security professionals admit that most companies welcome high crime rates and see displacement as a way to attract new clients.” (CLARNO, 2017, pag. 130).

CAPÍTULO 3 - SE APROFUNDANDO NO CASO DA CIDADE DO CABO

Ao considerarmos o que foi abordado nos capítulos anteriores, fica claro como a construção do ideal de segurança atual da África do Sul é pautado no período do Apartheid, reorganizado de forma a manter determinadas estruturas do regime mesmo após o período. Assim, o conceito de foco na segurança é em realidade uma condição criada pelos agentes que tinham interesse em seguir lucrando sobre a criminalidade e, especialmente, mantendo as amarras sociais que marginalizam minorias sociais. Logo, ao nos aprofundarmos no estudo da Cidade do Cabo, uma das maiores do país, com um significativo polo industrial e mais importantes portos sul-africanos torna-se possível analisar essa relação da economia e políticas públicas que determinam exclusões sociais com a questão da segurança.

Ao considerarmos as políticas da cidade, em especial aquelas que surgiram durante a redemocratização, uma das primeiras que se destaca é a privatização de serviços governamentais. Durante o pós Apartheid, muitas cidades do país precisaram passar por revitalização e renovação, em especial dos centros comerciais e urbanos. O processo deveria estimular a economia das regiões e reduzir a segregação espacial que ocorreu durante o regime. No entanto, na Cidade do Cabo o governo estimulou a abertura de capital externo para esse processo e privatizou as CBDs (Central Business Districts) em diversas regiões. O objetivo era não só conseguir financiamento para reconstrução, mas também promover as áreas para se tornarem polos industriais ou turísticos (SAMARA, 2012).

Devido a esse foco, o processo de revitalização incluiu um fortalecimento da segurança na região e demonização de determinados grupos, uma vez que a criminalidade e até a “sujeira” na região poderia atrapalhar seu desenvolvimento (SAMARA, 2012). Em “Security and Development in Postapartheid South Africa” (2012) o autor T. R. Samara chega a mencionar como a população observada isso como um ameaça direta aos seus empregos, o que personifica um inimigo direto ao seu sustento através da criminalidade. Como mencionado anteriormente, esse contexto é muito similar a atmosfera do país no pré-apartheid e também contribui para o avanço das empresas de segurança.

Quando nos aprofundamos nesse caso, nota-se inclusive uma personificação através das crianças de rua, que foram demonizadas pela população, mas, em especial, pela imprensa, que as colocou como manifestação da praga urbana e um risco direto a revitalização da região (SAMARA, 2012). Esse processo chama ainda mais atenção pois ocorre logo após a redemocratização, no início dos anos 2000, e demonstra um processo de criminalização através desse movimento social de culpabilização da população. Ademais, durante o mesmo período houve um aumento significativo de jovens negros nas prisões sul-africanas, além de uma

parcela considerável dessa população considerar o período pior para trabalhar ou encontrar emprego do que durante o próprio Apartheid (SAMARA, 2012).

Assim, “the image of youth was undergoing its own transformation, and media coverage of the enormous crime problem was consistently linking it with the so-called lost generation of black youth” (SAMARA, 2012, pag.62). É importante observarmos tanto o aspecto excludente nessa dinâmica dos anos 2000, mas, em especial, seu caráter racial. Isso porque, essa determinação racial é vista quase como necessária para que as forças de segurança possam atuar mais assertivamente no combate ao crime, sendo inclusive estimulada pela mídia (CLARNO, 2017).

Dessa forma, o discurso da criminalidade negra tornou-se um sucessor ao próprio regime do Apartheid para facilitar as ações de segurança extrema e que causam marginalização da população. Logo, apesar de ter ocorrido uma redistribuição sobre as áreas durante a revitalização da Cidade do Cabo, ela foi feita de forma desigual e, um projeto que deveria ser liderado pelo governo para evitar maiores questões sociais, foi aberto a capital externo e também as tendências do mercado, que naquele momento buscavam manter o desenvolvimento de um modelo lucrativo que havia surgido no Apartheid mas que agora devia se adaptar a democracia que se consolidava no país.

Essa combinação determinou as CDBs como áreas excludentes que, indiretamente, promoveram medidas potencializadoras da marginalização da população negra, que nesse caso foi praticamente excluída dos centros comerciais, além de legitimar ações que culpabilizam um estereótipo racial - o da juventude negra - e criminaliza comportamentos relacionados a moradores de ruas (SAMARA, 2012). Nesse caso, consideramos essa visão para a região da Cidade do Cabo, mas ao analisarmos mais amplamente, observa-se sua amplitude sobre todo o território sul-africano.

Nesse sentido, o caso expõe não só a construção de uma segurança baseada na criminalização racial no pós regime, mas também demonstra uma dualidade da própria situação do país, que obteve uma grande vitória sobre as amarras coloniais e segregatórias com o fim do Apartheid, mas que não conseguiu quebrar o ciclo de reestruturação dessa exploração durante a redemocratização. Essa análise chega a ser discutida por Deborah Posel em seus estudos sobre a construção do vigilantismo sul-africano, onde ela menciona:

democratic constitutionalism is a set of prescriptions and proscriptions, both moral and legal, which sit rather uncomfortably with some popular preferences and predelictions. Democracy, from this standpoint, is a new mode of surveil-lance, which is confining and restricting. (POSEL, 2010, pag. 232)

Em síntese, a transição democrática na África do Sul não apenas reformulou o cenário socioeconômico, mas também teve implicações profundas na governança e na abordagem do Estado em relação ao crime. A trajetória pós-Apartheid viu a ascensão de um modelo de governança distintamente sul-africano, caracterizado pela interseção complexa entre princípios e políticas neoliberais e desafios econômicos e raciais específicos do país, que foram fator determinante para que o caso da Cidade do Cabo se tornasse abrangente. Nesse caso, a segurança tornou-se mais um pilar para segregação racial, com uma indústria lucrativa que se utiliza e até inflama esse fenômeno em prol do avanço do setor.

CONCLUSÃO

A segurança possui um papel muito significativo para controle e ordem em uma sociedade, mas também pode ser moldada de forma a oprimir ou até criminalizar determinados grupos. Logo, ao longo do texto se procurou compreender essa relação na África do Sul, especialmente no pós Apartheid. O período se destaca pois o país encontrava-se extremamente fragilizado pelo seu histórico de exclusão racial onde, inclusive, os agentes de segurança tiveram papel importante para manutenção do regime segregatório.

Assim, em primeiro momento se analisa a definição do conceito de segurança, observando como os autores o posicionam de forma diferente de acordo com mudanças de regimes ou na própria ordem internacional. Um primeiro ponto levantado, é a transferência de modelos entre Estados, muito atrelado a um ideal democrático e que nem sempre considera as nuances socioeconômicas, ou no caso sul-africano, raciais, dos países (PERÓN, 2021). Dessa forma, políticas como policiamento comunitário ou até o processo de militarização são disseminados por países do Norte Global como “soluções prontas” para o combate ao crime, mas desconsideram as instabilidades ou problemáticas do Sul.

Nesse contexto, o foco sobre a segurança se tornou central em nações com altos índices de criminalidade, o que leva a um cenário onde a opressão de parte da população passou a ser atrelado a agentes do Estado. Na África do Sul isso se sobressai justamente por esse conceito em certa medida se assemelhar muito as ações tomadas durante o Apartheid para segregação da população negra. Além disso, também é interessante como esse impulsionamento de medidas combativas no setor da segurança está atrelado a implementação de políticas neoliberais no processo de redemocratização.

Isso porque, o que pode ser observado durante o estudo é que, além de haver uma tendência internacional de impulsionamento do neoliberalismo, o que afetou diretamente o governo sul-africano no pós Apartheid, também havia um interesse de grupos internos do país para manutenção de determinados mecanismos de exclusão (SAMARA, 2012). Nesse sentido, nota-se a relação com empresas de segurança que cresceram exponencialmente durante o regime com o discurso de combate a população negra e, que precisou se reestruturar com a mudança do governo mas ainda mantendo suas iniciativas relevantes (CLARNO, 2017).

O que foi observado é como para esse conceito de segurança, tanto a privada como a governamental com um olhar mais combativo e criminalizado, é importante a determinação de um inimigo comum que pode ser visualizado e causa medo a parte da população. Na África do Sul pós Apartheid, esse conceito foi posto sobre a juventude negra que buscava a redistribuição

de renda e terras no país, uma vez que havia uma “ansiedade branca” de que essa mudança gerasse um aumento na criminalidade (CLARNO, 2017).

Em realidade, esse crescimento que ocorre no pós regime está muito atrelado as próprias políticas aplicadas no Apartheid, que não buscavam fazer um controle do crime nas regiões negras, focando apenas na exclusão espacial para impedir o “transbordamento” para a área ocupada pela elite branca (CLARNO, 2017). No entanto, esse contexto contribuiu para o surgimento de uma nova narrativa de criminalidade mesmo no período democrático, onde as empresas de segurança se posicionaram como necessárias para o combate ao crime em áreas de revitalização ou bairros brancos, por exemplo.

Além disso, também é observado a relação dessas empresas com grupos significativos durante o Apartheid, dentre eles o próprio governo ou outros países, como a Grã-Bretanha. Logo, fica claro como essa narrativa de foco a segurança foi importante para a continuidade desse setor que já era extremamente lucrativo durante o regime. Ademais, também é importante compreender como esse cenário permanece até os dias atuais, uma vez que, apesar da instabilidade do país no pós Apartheid, havia a expectativa de melhorias socioeconômicas com o novo governo.

Todavia, a África do Sul sofreu uma grande pressão e impulsionamento de políticas neoliberais na redemocratização, como a GEAR, o que culminou em um súbito crescimento econômico em determinadas áreas, mas ele não foi acompanhado de um avanço nas políticas sociais ou na distribuição de renda. Na realidade, no decorrer dos anos 2000, pode-se notar um aumento da desigualdade social e uma fragilização das relações trabalhistas (BRAGA, 2017), principalmente entre a população negra. Todo esse contexto, contribui para o impulsionamento de políticas de segurança, uma vez que os jovens desempregados da “nova geração” são postos como um impeditivo ao avanço e os grupos de segurança constroem a narrativa de um inimigo comum (CLARNO, 2017).

Na Cidade do Cabo, uma das maiores do país, esse processo torna-se ainda mais evidente, uma vez que há um processo de privatização de áreas urbanas, em especial durante a revitalização da cidade, que resulta em uma criminalização da população de rua. A própria mídia ressalta esse ideal de inimigo sobre a população negra de rua, que é posta como um risco ao avanço econômico da região e chega não só a ser hostilizada, como também sua presença nessas áreas, as chamadas CDBs, passa a ser criminalizada. Ou seja, esses locais tornaram-se polos para marginalização da juventude negra e impulsionador de práticas que culpabilizam um estereótipo racial específico.

Em suma, o que pode ser observado é dualidade do período de redemocratização sul-africano, especialmente no contexto de segurança. Isso porque, a queda do Apartheid possibilitou mudanças significativas para a população negra, com avanços econômicos e melhorias sociais. No entanto, esse desenvolvimento foi limitado por políticas neoliberais implementadas de acordo com interesses locais e do Norte Global. Nesse sentido, a segurança do país foi uma das áreas onde mais pode ser observado esse paradigma, já que mesmo com o fim do regime, permanece o foco sobre a segurança, dessa vez com a construção de uma nova narrativa de criminalização da população negra. Isso beneficia atores que já estavam presentes no Apartheid e que encontram nesse modelo uma forma de viabilizar suas ações excludentes, personificando um “novo inimigo”, que não é tão distante do que já era posto durante o regime segregatório, mas agora sobre novos parâmetros democráticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**. Boitempo Editorial, 2017.

BANCO Mundial. **World Development Indicators**. Banco Mundial, [s.d.]. Disponível em: <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>.

CLARNO, Andy. **Neoliberal Apartheid : Palestine/Israel and South Africa after 1994**. Chicago, 2017.

CEPIK, Marco Cepik; SCHNEIDER, Luiza. **Defesa e segurança da África do Sul contemporânea**. In: VIZENTINI, Paulo; PEREIRA, Analucia [organizadores]. *África do Sul: História, Estado e Sociedade*, Brasília, (2010).

DAVIS, Robert Davis; HENDERSON, Nicole; MERRICK, Cybele. Community policing: Variations on the western model in the developing world. **Police Practice and Research: An International Journal**, v. 4, n. 3, p. 285-300, 2003. DOI: 10.1080/1561426032000113870.

GALLAS, Daniel. **A política externa da África do Sul de 1994 aos dias de hoje**. Tese (Mestrado) - Faculdade de Relações Internacionais, UFRS. Porto Alegre. 2007.

MCMICHAEL, Christopher. **Pacification and police: a critique of the police militarization thesis**. *Capital & Class*, p. 1-18, 2016.

PEREIRA, Analucia. **A (Longa) História da Desigualdade na África Do Sul**. *Philia&Filia*, Porto Alegre, vol. 02, n° 1, jul./dez. 2011.

PERON, A.; ALVAREZ, M. C. (2021). **O governo da segurança: modelos securitários transnacionais e tecnologias de vigilância na cidade de São Paulo**. *Revista Lua Nova*, v. 114, n. 175-212, 2021. DOI: 10.1590/0102-175212/114.

POSEL, Deborah. **Afterword: vigilantism and the burden of rights: reflections on the paradoxes of freedom in post-apartheid South Africa**. In: *African Studies*, 63:2, pag. 231-236. Wits Institute for Social and Economic Research, 2010. DOI: 10.1080/00020180412331318779

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Seare Nova, 1975.

STEINBERG, Jonny. **Crime prevention goes abroad: Policy transfer and policing in post-apartheid South Africa**. *Theoretical Criminology*, Sage Journals, v. 14, n. 4, p. 349–364, nov 2011.

SAMARA, T. R. **Cape Town after apartheid: crime and governance in the divided city**. 1. ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012.

STUURMAN, Ziyanda. **Policing inequality and the inequality of policing: A look at the militarisation of policing around the world, focusing on Brazil and South Africa**. *South African Journal of International Affairs*, p. 1-24. DOI: 10.1080/10220461.2020.1748103.

STAMPNITZKY, Lisa. Introduction. In: STAMPNITZKY, Lisa. **Disciplining terror : how experts invented “terrorism”**. NY: Cambridge University Press. 2013.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. SIPRI Arms Transfers Database. <https://doi.org/10.55163/SAFC1241>. Acesso em: 06 nov. 2023.